

Sarney instala a comissão de reforma da universidade

JORNAL DO BRASIL

- 3 MAI 1985

Brasília — O Presidente José Sarney instalou ontem a comissão de reforma universitária que, em seis meses, traçará uma nova política para a universidade brasileira. Foi uma cerimônia rápida, mas prestigiada. Estiveram lado a lado o ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Javier Alfaya, e o Ministro Chefe do Gabinete Militar, Rubem Bayma Denis.

— A vocês caberá propor as medidas necessárias para solucionar os graves problemas vividos pela universidade — disse Sarney aos membros da comissão, que disputavam lugar com seis Ministros e dez parlamentares no gabinete do Presidente, no terceiro andar do Palácio do Planalto. Sarney lembrou-lhes que a comissão foi inspirada por Tancredo Neves.

Os 19 dos 23 membros da comissão que conseguiram vir a Brasília, apesar da greve dos aeroviários, em sua primeira reunião, traçaram sua metodologia de trabalho, deixando de lado temas específicos. Decidiram levar ao Rio, no próximo dia 17, para seu segundo encontro, um amplo roteiro para a discussão sobre o papel da universidade, sua autonomia e seu conteúdo educacional.

As questões administrativas da universidade serão discutidas no dia anterior, 16, por um grupo de sete membros da comissão. As discus-

sões irão desde as diferenças salariais entre professores autárquicos e fundacionais, à aposentadoria compulsória aos professores aos 70 anos.

— As conclusões desse grupo não irão à plenária no dia 17, porque podem tomar o espaço das discussões acadêmicas mais profundas — informou o secretário-executivo da comissão, José Eduardo Faria, que é professor de Filosofia, Teoria e Sociologia do Direito da Universidade de São Paulo (USP). “Suas conclusões irão direto para o Ministério da Educação”, completou ele.

Um estudo sobre o financiamento para a universidade será feito pelo professor de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio, Edmar Lisboa Bacha, quando estiver concluída a discussão sobre a autonomia universitária. Ele calculou que terá uma missão difícil, pois não existe qualquer trabalho sobre o tema.

A tendência da comissão é, ao fim dos seis meses de trabalho, divulgar amplamente um relatório sobre suas idéias, para traçar uma nova política para a universidade. “Daí daremos dois meses para a sociedade tomar conhecimento e dar suas sugestões, para então rediscutirmos o relatório e propormos as mudanças”, explicou o professor José Eduardo Faria.

O discurso do Presidente

“Escrevi algumas palavras para dizer nesta solenidade.

Ao instituir esta comissão, considerei a recomendação do Presidente Tancredo Neves, constante do seu discurso-programa, que tive oportunidade de tornar pública na primeira reunião ministerial, em 17 de março, e no qual ressaltava a ‘necessidade de darmos alta prioridade aos estudos orientados para a reforma do sistema universitário do país...’, atendendo os ‘reclamos — são palavras dele — que tantas vezes nos foram apresentados durante a campanha’.

Essa medida nasceu da convicção, que temos todos, de que a Universidade vive graves e ingentes problemas. Há muito se vem convertendo em fonte de inquietações e objeto de amplas discussões que se desenvolvem, quer no âmbito estritamente universitário, quer no plano político.

É verdade que, nos anos recentes, foi ampliado o acesso à Universidade. É, porém, igualmente verdade que a expansão do ensino superior ocorreu às expensas de sua qualidade.

Integram ainda esse quadro de dificuldades questões outras relacionadas com a organização e processo de gestão das universidades, níveis de remuneração dos professores e servidores administrativos, oferta de infraestrutura, equipamentos e laboratórios e, sobretudo, a preocupante e irrealizada meta de democratização das oportunidades de ensino superior.

Entendo que a educação superior não pode limitar-se às suas funções tradicionais. É indispensável que adote novas concepções, preparando as futuras gerações para enfrentar os desafios de uma sociedade caracterizada por um mais intenso uso da ciência e da tecnologia.

Vale salientar que a crise na instituição universitária é de tamanha importância e magnitude que, se não for superada tempestivamente, pode vir a comprometer valores que moldam a nossa própria nacionalidade. É que a Universidade é a grande responsável pela geração de novos conhecimentos e pela formação das nossas elites intelectuais e das nossas elites profissionais.

Afinal, o termo “nação” era, na Idade Média, utilizado para designar o colégio universitário em que trabalhavam juntos alunos e professores. Estabeleceu-se, daí, uma proximidade entre o conceito do nacional e o de universidade, permitindo que, mais adiante, fosse desenvolvida a própria concepção de nação política, a partir de uma íntima colaboração entre governantes e mestres do saber.

Vivemos, sem dúvida, nova etapa histórica, em que não de predominar novas perspectivas políticas voltadas para o atendimento dos mais profundos anseios nacionais. Nesse contexto, assume uma especial relevância a legítima aspiração de mobilidade social que o saber universitário pode viabilizar.

Iniciam-se, agora, os trabalhos desta comissão, na qual está representada a sociedade brasileira por seus segmentos dos mais significativos. Aqui estão educadores, estudantes, cientistas, religiosos, empresários, trabalhadores. Desta forma, não é só a Universidade que vai refletir sobre si mesma, pois seus problemas interessam ao país como um todo. Não se trata apenas de saber de suas questões internas. Trata-se, tanto mais, de saber da função da Universidade atualmente no contexto social do nosso país.

Estou certo de que os ilustres membros desta comissão de alto nível estão qualificados, com patriotismo, para empreender análises que ajudarão o Governo a honrar o compromisso da Aliança Democrática, colhido de aspirações manifestas, em especial de nossa juventude, desejosa e confiante de que a Nova República traga para o Brasil também uma nova Universidade.

Com esta certeza, declaro instalados os trabalhos desta comissão, constituída com o propósito de oferecer subsídios à reformulação da política do ensino superior em nosso país.

Assim, nesse instante, damos mais um passo para cumprir os compromissos que assumimos com o país. O tempo tem sido escasso para o cumprimento desses árduos deveres. Mas vamos em frente. Muito obrigado.”